

Matizes do anticomunismo católico na Paraíba (1902-1935)

Faustino Teatino Cavalcante Neto

Nossa pretensão, nesta escrita, foi a de analisar como a Igreja Católica, na Paraíba, posicionou-se em relação ao combate ao comunismo em sua forma teórica, ou seja, procuramos perceber como essa instituição religiosa constituiu um conjunto de representações para dar sentido ao comunismo e aos comunistas. Buscamos filtrar a forma que esse discurso assumiu, por meio do jornal *A Imprensa*²⁴ e dos documentos eclesiásticos (cartas pastorais e encíclicas), já que esses meios impressos pela Igreja Católica paraibana cumpriram uma importante e eficaz função na divulgação da propaganda anticomunista e produziram efeitos práticos na sociedade. Assim, abordamos o anticomunismo a partir

24 Lançado em 27 de maio de 1897, o jornal *A Imprensa* tinha formato grande, com periodicidade semanal, e circulou, em sua primeira fase, até 13 de novembro de 1903. Entre 1905 e 1912, foi substituído pela publicação mensal do *Boletim Ecclesiastico*. Durante esses anos, a Igreja Católica também se fez representar por meio do jornal estatal *A União*. Em 15 de agosto de 1912, reapareceu em sua segunda fase, com publicação bissemanária (quartas e domingos) e com uma tiragem de dois mil exemplares. Durante os anos de 1920 e 1930, esse jornal fazia a cobertura de todo o estado da Paraíba e alcançou também outros recantos do país. Nessas décadas, foram seus principais articulistas e cronistas: Batista Leite, Eliseu Lira, Paulo Cintra, Clodoaldo de Oliveira, Luiz Delgado, J. V. Coelho, Padre José Delgado, Hortêncio Ribeiro, Padre J. Cabral, Orlando de M. Henriques, Eudésia Vieira, Serafim Leite, Dom Luís Godde, João Carlos Bezerril, J. Farias Pimentel e Nelson de Almeida Prado. Funcionou regularmente até 1942, quando foi fechado pelo interventor estadual Ruy Carneiro, e ressurgiu em 1946. Na terceira fase, funcionou até o ano de 1968. (Cf. Araújo, 1986, p. 42-44 e Lima, 2007, p. 334).

das práticas e das representações - duas dimensões distintas, contudo, complementares.

Durante o Século XIX, a Igreja Católica do Ocidente travou ferrenha batalha intelectual com o mundo moderno e liberal, que se desejou laico e secularizado, e condenou o que considerou como seus males: o positivismo, o laicismo, o ceticismo, a maçonaria, o protestantismo e o espiritismo. Também foram incluídos nesse conjunto o anarquismo, o socialismo e o comunismo. Assim, para se pensar nas representações católicas sobre o comunismo no Brasil, especificamente na Paraíba, foi necessário, primeiro, perceber que elas mantêm estreitas nuances com as demais doutrinas que a Igreja considerava como “erros da modernidade” e, portanto, prejudiciais à sociedade.

As primeiras representações da Arquidiocese paraibana²⁵ relacionadas ao comunismo que conseguimos verificar estão no editorial do jornal *A Imprensa*, de 09 de fevereiro de 1902, cujo título é “O Socialismo”. Partindo do princípio de que o socialismo se baseava na negação de Deus, do espírito e da existência da vida futura, o discurso daquele editorial representava o socialismo como uma “força deletéria do mal, fruto sazonado das sociedades secretas”, que pretendia caminhar “sorratamente destruindo a ordem social”,

25 A Diocese da Paraíba foi criada em 27 de abril de 1892, por meio da Bula *Ad universas orbis ecclesias*. Como parte das estratégias de romanização da sociedade, o Papa Pio X, pela bula pontifícia *Majus catholicae religionis incrementum*, elevou a Diocese da Paraíba a Arquidiocese e criou as dioceses de Cajazeiras e de Natal, em 06 de fevereiro de 1914. A Arquidiocese compreendia toda a parte oriental da Paraíba, atingia 64.000 quilômetros quadrados e tinha uma população de 450.000 fiéis aproximadamente; a Diocese de Cajazeiras, situada na parte ocidental do Estado, abrangia 43.000 quilômetros quadrados e uma população de 250.000 fiéis; e a Diocese de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, com 57.730 quilômetros quadrados e com pouco mais de 400.000 fiéis. Cf. Lima, 2007, p. 363.

e se fosse implantado, “tornaria as condições de vida do operário mais miseráveis.”

Esse texto também deixa claro que a Igreja fazia uma estreita relação entre o socialismo e o liberalismo e que entendia o primeiro como mais um dos resultados do segundo. Tanto é assim que a segunda matéria sobre o socialismo, encontrada nesse jornal católico, representa-o conjuntamente com o liberalismo, por considerar que ambos “(...) trabalha[va]m sinistramente a lúgubre sepultura da pobre nação”, o socialismo, “(...) ora pulverizando o princípio adorável de autoridade, ora anarquizando a sociedade, açoita qual furacão indômito a arrancar desapiedadamente as folhas das árvores, os seus mais belos destinos”, e o liberalismo, um “sistema dissolvedor, que tem deixado os mais perniciosos resultados no mundo (...)” (*Jornal A Imprensa*, 10 maio 1903).

Igualmente rico em representações nesse sentido é o editorial desse jornal, de 09 de outubro de 1919, intitulado ‘Evolução Socialista – A obra negativa do socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade’, cujas palavras introdutórias fazem referência à “perigosa serpe do anarquismo” como uma variante do socialismo que, sob “a bandeira complacente de um liberalismo criminoso e incongruente”, emergia potencialmente. Segundo o texto, colaborou para que o socialismo se expandisse, nos últimos trinta anos, o Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), momento em que, sob a justificativa de proteção internacional ao operariado mundial, os “homens foram ali apenas deliberar uma campanha tremenda de ódio”.²⁶

26 O Congresso Internacional dos Trabalhadores de Paris (14 de julho de 1889), que reuniu delegações de vinte países, fundou a Segunda Internacional Socialista como uma continuidade dos trabalhos da dissolvida Primeira Internacional, embora tivesse excluído o ainda poderoso Movimento Anarco-sindicalista. Entre suas

A narrativa segue mostrando a dimensão que o movimento operário vinha conseguindo na Europa e na América, considerando que, para tal, contribuíram as posições do “socialismo demolidor”:

Parece não exagerarmos em afirmar que ahi se ergue a anarchia tréfga, mascarada de socialismo humanitário, a explorar a laboriosa classe operária. Sim. Porque lá estão, a nossa vista, nos dias presentes, a obra negativa desse socialismo atheu, sem religião, sem família e sem propriedade, tríplice dogma que constitui a base fundamental da sociedade em seu tríplice aspecto religioso, moral e econômico. (IDEM).

O artigo reconhece o importante papel das confrarias, dos sindicatos, das uniões, das ligas e das cooperativas como promotoras de grandes vantagens educativas e de proteção ao operariado, contudo adverte que

(...) a tática manhosa da seita socialista trabalha dia e noite sem tréguas, forcejando por corromper essas e outras tão poderosas quanto úteis instituições. É a proletarização dos homens do Trabalho como das demais classes que, desgraçadamente, aos pares, se têm deixado arrastar na corrente, á música lethal da sereia socialista.

O texto termina com a seguinte advertência: “Campeia na Europa a mais desabrida e satânica anarchia; contorcem-se em convulsões de medo países da América ameaçados”; uma chave narrativa que desemboca no alerta ao governo brasileiro, bem como

principais ações, estão a declaração do 01 de maio como Dia Internacional dos Trabalhadores e a campanha internacional para a jornada de oito horas de trabalho.

de seus estados, para as “consequências perniciosas” do socialismo e de sua variante, o anarquismo. Relata que, no Brasil, “frio e refractario ao ódio e à effusão de sangue, já se levanta, infelizmente, a cabeça da hydra sanguesedenta da corrente anarchica”, disseminada entre os trabalhadores nacionais por “estrangeiros piratas”.

Em seu conjunto, esse editorial traz algumas emblemáticas representações sobre o liberalismo, o socialismo e o anarquismo: o primeiro é adjetivado de criminoso e incongruente; o segundo, promotor do ódio, demolidor, agente de uma obra negativa por ser sem religião, sem família e sem propriedade, uma seita que se utiliza de táticas manhosas e uma sereia de música letal; e o terceiro, de ser desabrido, satânico, serpe perigoso, hidra sanguessedenta e ser importado para o país por piratas estrangeiros. Assim, percebemos que o texto emprega recorrentemente elementos narrativos, como ódio, crime, violência, pirata, seita e satânico, e seres mitológicos (sereia, serpe e hidra), epítetos que carregam uma significação negativa na cultura ocidental.

Notamos que as representações sobre o socialismo, tanto nessa matéria quanto na anterior, relacionavam-no diretamente ao anarquismo, portanto, que faziam parte de um mesmo corpo doutrinário, e que era difícil, se não impossível, desvinculá-las. Durante as duas primeiras décadas do Século XX, os discursos da Igreja sobre o anarquismo, o socialismo e o comunismo mantinham as mesmas referências, já que, até então, esses três princípios teóricos de organização da sociedade pareciam fazer parte, para a Igreja Católica, de um único projeto político e ideológico.

As Cartas Pastorais do arcebispo paraibano, Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques²⁷, foram uma das estratégias da

²⁷ Dom Aduino foi escolhido para dirigir a diocese paraibana. Nasceu em Areia - PB, em 30 de agosto de 1855, e era filho do coronel Idelfonsiano de Miranda Henriques

Igreja Católica para “desmaterializar”²⁸ o operariado paraibano e importantes fontes para percebermos como aquela instituição representava o comunismo e os comunistas. De todas, destacamos ‘Sobre os males actuaes da sociedade’, emitida pelo episcopado das cinco províncias eclesiásticas do norte do Brasil (15 de agosto de 1920), o primeiro documento católico que chegou às paróquias paraibanas com orientações muito visíveis sobre a questão operária e de condenação sistemática ao socialismo e às suas variantes, entendidos como “males atuais da sociedade”.²⁹

Partindo do debate sobre as soluções para a *questão social*, o texto dizia que, para isso, apresentava-se, além do liberalismo, “o socialismo, multiplicando-se em várias formas, desde o communismo,

e Laurinda Esmeralda de Sá de Miranda Henriques, proprietários do Engenho Buraco. Segundo Lima, como “(...) foi filho, neto e bisneto de senhores de engenho”, ficou com marcas profundas em sua personalidade. Depois de ser alfabetizado por sua mãe, estudou até os dezanove anos em sua cidade natal, quando partiu para a Europa onde fez o Curso de Humanidades no Seminário de S. Sulpício em Paris (1875-1876), o Curso Superior em Teologia e o Doutorado em Direito Canônico no Colégio Pio Latino-Americano, em Roma (1877-1882). Ordenou-se padre em 1880 e voltou para o Brasil em 1882. Foi nomeado professor no Seminário de Olinda, onde permaneceu até 1894, quando assumiu o bispado da Paraíba. Cf. Ferreira, 1994, p. 65-64.

28 Usamos o termo “desmaterializar” para nos referirmos à ideia de que o mesmo discurso da Igreja Católica que enfatizava a espiritualidade para o operariado, no sentido de afastá-lo do materialismo e desmobilizá-lo das lutas de classes, escamoteava sua própria materialidade física, econômica e política (poder temporal).

29 Na Carta Pastoral Coletiva “Sobre os males actuaes da sociedade” (15 de outubro de 1920), a Igreja Católica manteve um discurso que teve como base a Encíclica *Rerum Novarum* para resolver a *questão social*, em que procurou condenar o socialismo e seus variantes e estabelecer o entendimento entre as classes, pregando, de um lado, a paciência e a resignação dos operários, e, de outro, cobrando *do Estado e dos patrões mais atenção à situação vivida pelo operariado brasileiro*. Assim, o teor dessa carta caminha no sentido de procurar substituir a ideia de “luta de classes” por “harmonização social”.

o collectivismo, até o maximalismo e o bolchevismo, sua derradeira feição”, destacando que “À primeira vista, Irmãos e Filhos muito amados, essa doutrina parece salvar a situação do pobre, no entanto, falsa em seus princípios e em seu conjunto, é perigosa em seus efeitos e irrealizável na prática” (HENRIQUES, 1920, p. 29). Depois de defender a desigualdade social e de apresentá-la como um fato natural da vida humana, a narrativa segue advogando em favor da propriedade privada que as escolas socialistas “relegam para o domínio do Estado”:

O socialismo nacional ou a democracia social, também chamada collectivismo, que attribue ao Estado colectivo toda a propriedade, como a produção e a distribuição dos bens econômicos; o socialismo agrário ou parcial; o socialismo anarchista, ainda subdividido em possibilista, quando procura a consecução do Estado do porvir pela difusão de suas idéas, e em revolucionário, quando emprega a força. Seria longa a citação de todos os systemas socialistas, sendo maior a nomenclatura dos seus famosos chefes, entre os quaes se notam Carlos Marx, Bebel, Wolmar, na Alemanha; Krapotkin, Lenine, Bakunin, na Rússia; Ferri, Turate, na Itália; Brousse, Malou, Jaurés, na França. (IDEM, p. 30).

As representações aparecem na sequência, quando a Carta Pastoral se reporta aos resultados sociais em que o socialismo foi posto em prática:

Todos esses systemas fizeram promessas de um reino phantastico, onde não penetrariam a dor, a lágrima e a pobreza, acenando de longe como uma felicidade perpétua, a qual, pelo contrário, se tornou em verdadeiro

infortúnio para todos os povos. De facto, sem Deus, sem família, sem pátria, lançam-se os homens uns contra os outros num phrenesi de bárbaros. Dir-se-ia serem um agrupamento de feras que não uma sociedade composta de filhos do nosso Pae que está nos céos. De sorte que, em vez de melhorar, o socialismo peora a situação dos operários, subtrahindo-lhes a liberdade e reduzindo-os à triste condição de servos do Estado ou das juntas. (IDEM, p. 30).

Soma-se ao conjunto já analisado mais um número de significados que vão sendo atribuídos ao socialismo e seus congêneres: doutrina falsa e perigosa, em que penetram a dor, a lágrima, a pobreza e a infelicidade, e o agrupamento de bárbaros, feras e servos do Estado.

O texto segue argumentando que a Igreja Católica sabia das grandes necessidades dos operários e as considerava. A solução para o problema foi apresentada na Encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891), em que também se alertou para a falsidade do socialismo que, objetivando destruir a propriedade privada e o capital, promoveria a violência e a morte e iria “de encontro ao direito natural e a todas as legítimas aspirações do coração humano” Assim, o princípio de salvação socialista, “(...) ao envez de resolver a condição do operário, o escravisa[va], tornando-o uma creatura do Estado, do qual dependia em tudo, na distribuição do trabalho, do pão, das vestes e, *proh pudor!* até na formação da família, que passa a constituir um patrimônio das juntas dos *soviets*” (HENRIQUES, 1920, p. 33).

Tomando como exemplo o caso da Rússia³⁰, a carta continua contestando a nacionalização dos bens, das forças do trabalho e

30 A Revolução Russa em dois momentos distintos: em fevereiro (março no calendário Ocidental), quando derrocou a autocracia do Czar Nicolau II e procurou estabelecer

dos ofícios e diz que, para executar tais princípios, “seria preciso um polícia em cada lar, cujos habitantes ficariam na dificuldade de se mudar”. Também alerta que, entre tantas consequências graves,

(...) está a destruição da dignidade do homem, que, perdendo a sua liberdade, se vê obrigado a trabalhar para o Estado, recebendo em recompensa uma ração que mal lhe chega para saciar a fome. Mas, o maior perigo do socialismo é a anarchia, a desordem social, que o bolchevismo procura levar a efeito a força da revolução e da morte. De facto, o bolchevismo é o expoente maximo de todo o mal socialista é a negação de Deus, da Religião, da Patria, da família e do lar. (IDEM, p. 34).

Vemos que o socialismo que é praticado na Rússia é representado como promovente do cerceamento da liberdade do indivíduo, que passou a ser obrigado a trabalhar forçadamente para o Estado e a receber em troca uma “ração” insuficiente para se fartar. Também é referendado tendo como maior perigo a anarquia e a desordem social, que são efetivadas por meio da revolução e da morte. Em seguida, a Carta descreve que alguns estudiosos católicos coligiram cinco sentenças, “todas inçadas de impiedade e de blasphemias”, consideradas como centrais em diversas obras e congressos socialistas:

1º Aborrecer a Deus: “Deus é inimigo, Deus é a mentira”. “Todo o nosso systema é atheu e não se

em seu lugar uma república de cunho liberal dirigida por Kerensky; e em outubro (novembro no calendário Ocidental), quando o Partido Bolchevique derrubou o governo provisório e impôs o governo socialista soviético sob a liderança de Lênin. Cf. Reis Filho, 2000, p. 47-59.

pode desviar de sua direção”. 2º Maldizer o nome de Deus; “Nós só podemos nos voltar para Deus com o fim de lançarmos contra Ele as nossas maldições”. 3º Profanar o que é sagrado e as festas: “As igrejas, os conventos, as capelas e outros lugares sagrados serão demolidos e transformados em estabelecimentos públicos de utilidade e de recreio, como theatros...”. 4º Desprezar pae e mãe: “O pae não tem direito algum sobre seus filhos”. “Não valem os filhos os mesmos que os paes?... Não mais obediência, sem isto não pode haver igualdade”. 5º Matar sem escrúpulos: “Chegado que seja o dia, os fusis e canhões revolver-se-ão por si mesmos para triturarem todos os inimigos do povo socialista”. (HENRIQUES, 1920, p. 34-35).

Nessa sùmula do decálogo socialista, o desprezo pela religião, pelos pais e o assassinato são apresentados como pontos centrais, além da união livre entre homem e mulher, “a liceidade da mentira, do engano, do roubo e de tudo quanto seja necessário para o goso” (IDEM). Assim, o bolchevismo russo é apresentado nesse documento episcopal como um grande perigo demolidor de Deus, da família e da pátria, que promoveu na Rússia uma grande multidão de horror, de destruição e de morte. Enfim, destacou-se o alerta para o fato de que a sociedade brasileira estava na presença de um “grave perigo” que requeria “imprescindíveis remédios”:

De facto, essas idéas revolucionarias, espalhando-se entre as classes populares, a pouco e pouco lhes destroem todas as virtudes sobrenaturaes e cívicas, preparando-nos assim um futuro quiçá semelhante ao estado actual do povo russo, ora a braços com os tristes infortúnios da anarchia, da descrença, da fome e da morte. (IDEM, p. 35-36).

Motta (2002) afirma que o ano de 1917 foi simbólico para a escalada da propaganda comunista e anticomunista no Brasil. À medida que o Estado proletário russo avançava, também se fortalecia a construção de representações sobre o comunismo: de um lado, alguns o representavam como doutrina redentora do mundo; de outro, como o grande mal da sociedade de então que a tudo e a todos veio destruir.

“Doutrina contra Doutrina”, de 08 de dezembro de 1928, foi outra Carta Pastoral em que o Arcebispo Dom Adauto, criticando o conceito de liberdade proposto pelas filosofias inspiradas no liberalismo, no racionalismo e no materialismo, representou assim o socialismo e o comunismo:

A sociedade civil, qualquer que seja a sua forma de governo, não é possível, senão por meio de uma hierarquia, cujos chefes são investidos do poder de mando; mas o radicalismo **socialista**, em virtude do tal princípio de independência, proclamado pelos mais responsáveis do bem social, para logo reivindica a perfeita e inalienável igualdade de todos, destrói todo direito de comando, toda obrigação de obedecer, sendo cada um soberano de si mesmo. E a essa primeira consequência do princípio revolucionário dos Enciclopedistas, do evangelho moderno, o **comunismo**, sob o império da cobiça, erigida em teoria, acrescentou outra: fazendo substituir aquela lei natural, que o senso comum de todos os séculos e de todos os povos civilizados sempre reconheceu, assegurando aos citados cidadãos a posse e a transmissão dos bens adquiridos pelo talento, pelo trabalho e pela economia, por aquilo que eles chamam de direito de partilha igual, e que não é mais do que a espoliação dos proprietários (HENRIQUES, 1981, p. 72). (Grifos nossos).

Ainda segundo o texto, esse direito de liberdade foi um tema que predominou no comunismo, considerado o responsável pela destruição da família e pela abolição das leis sagradas do matrimônio. “Nenhum dos elementos de ordem pública escapa das excomungadas seitas que, para melhor segurarem a sua presa, terminam pelo niilismo” (IDEM). Vemos que as representações sobre o socialismo, na Carta Pastoral anterior, continuaram sendo reforçadas oito anos depois, e a ideia de comunismo começou a ficar mais evidente.

Segundo constatamos no jornal da Arquidiocese da Paraíba, essas Cartas Pastorais foram divulgadas em suas páginas ao longo dos anos que as seguiram e fizeram a sociedade paraibana ter acesso às representações que a Igreja Católica promovia sobre o socialismo e o comunismo durante a década de 1920. Constatamos também que outros textos publicados nesse periódico traziam imagens negativas a respeito da Rússia e do regime político ali instaurado em outubro de 1917, como o editorial intitulado “*Habemus Pontificem*”, por exemplo, que noticiou a eleição de Pio XI como Papa, em 06 de fevereiro de 1922. A matéria visava salientar sua “vasta cultura e extraordinária erudição” e lhe atribuía ainda a “firmeza de atitudes” e “a coragem moral” de que dera prova quando foi Núncio Apostólico de Varsóvia, ao ser o único de todo o corpo eclesiástico ali estabelecido a continuar em seu posto quando a cidade estava “ameaçada de ser invadida pelos bolchevistas” em julho de 1920 (Jornal *A Imprensa*, 08 fev.1922).

Já em seu número de 16 de abril do ano seguinte, esse jornal noticiou o “gesto bárbaro do governo soviético” que mandou fuzilar, em praça pública, o Monsenhor Constantino Butkiewicz, administrador dos bens eclesiásticos de Petrogrado, na Sexta-Feira Santa, 30 de março de 1923, como segue:

Monsenhor Butkiewicz não excitara o povo contra o poder discricionário do sovetismo, não pregara desordem e não se insurgira contra o elemento político que desagrega e estraga a vida social e moral de seu país. Defendera, sim, os direitos de Deus e da sua Igreja, as prerrogativas de sua religião, o patriotismo de sua fé, cousas sagradas que todos os povos civilizados, todas as nações cultas respeitam e acatam. O venerado Arcebispo de Petrogrado e outros sacerdotes que lhe seguiram as pisadas sofreram pelo mesmo motivo o martírio dos ergástulos no mesmo ambiente de irreverência, de maus-tratos, de escárneos e de mofas satânicas que preludiaram a morte trágica do Monsenhor Butkiewicz. (Jornal *A Imprensa*, 16 abr.1923).

Pensamos que essa notícia da execução do Monsenhor Butkiewicz, que fazia parte das medidas de repressão do governo soviético aos movimentos contra-revolucionários naquele país, deva ter causado significativo impacto entre os leitores católicos desse periódico pela Paraíba afora, já que o representava como um mártir que teve trágico fim por defender os direitos de Deus, da Igreja Católica e da pátria.

Também conseguimos constatar que o primeiro conflito armado ocorrido no Brasil, de que o jornal *A Imprensa* fez uso para representar a “real” ameaça dos comunistas, foi a segunda Revolta Tenentista de 05 de julho de 1924.³¹ Em seu editorial, “Os

31 A Revolta Paulista de 1924 foi deflagrada no dia do segundo aniversário da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, primeira revolta tenentista. Ocupou a cidade de São Paulo por vinte e três dias e foi considerada como o maior conflito bélico já ocorrido naquela cidade. Comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, a revolta teve a participação de numerosos tenentes, como Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, Juarez Távora, Miguel Costa, Eduardo Gomes, Índio do Brasil e João Cabanas. A “Revolta de militares”, como também ficou conhecida, contou com um ingrediente que desagradou bastante à velha aristocracia bandeirante: a adesão do

estrangeiros e a revolta militar”, de 17 de setembro desse ano, o semanário destaca a participação dos “subversivos imigrantes” no levante paulista e chama à atenção do governo para que se fizesse uma rigorosa seleção quando do recebimento de estrangeiros no país, por considerá-los

gente perversa, sem patriotismo e sem ideal, não se importa ou não se apercebe da desgraça que cava ao espírito nacional de suas pátrias nessa luta de bolchevismo, de soviétismo, de socialismo, de comunismo e de tantos outros princípios de correção da sã política e dos bons costumes. Pois bem, é dessa fornalha acesa onde se gastam as energias universais, é dessa caldeira onde fervem ódios, vícios de toda natureza que saem muitas vezes para o Brasil levas e mais levas de imigrantes. (Jornal A Imprensa, 17 set.1924).

O que o jornal não percebeu e não declarou em sua narrativa – ou não quis admitir abertamente – foi que esse movimento revolucionário não era protagonizado por socialistas e comunistas, mas pelos tenentes das Forças Armadas brasileiras. Aos demais, restava uma participação coadjuvante.³² Assim, a matéria é emblemática, por ser a primeira a instrumentalizar um motim

proletariado. Os sindicatos de tendência anarquista declararam seu apoio irrestrito à revolução dos tenentes e por isso foram duramente perseguidos. Já os comunistas, taticamente, nem apoiaram nem criticaram a revolução. Esperaram ver a real força do movimento para se manifestar. Politicamente, essa posição se mostrou vantajosa, pois, enquanto a repressão aos anarquistas se tornava ferrenha, os espaços deixados em aberto por aqueles militantes passaram a ser ocupados pelos partidários do comunismo. Cf. Romani, 2011, p. 168.

32 Sobre a participação dos imigrantes, notadamente operários, nessa Revolta Tenentista, consultar Aquino, 1988.

armado ocorrido no país, portanto, “real”, para acrescer o estigma que já vinha sendo elaborado sobre o regime soviético.

Durante o mês de fevereiro do ano seguinte, aquele periódico católico levou para a sociedade paraibana notícias ainda mais próximas sobre ações praticadas, segundo ele, pelos anarquistas. Tratava-se das reportagens referentes à mobilização da Polícia paraibana distribuídas em pontos estratégicos das fronteiras do sertão do estado, com o objetivo de defendê-las dos revoltosos comandados por Luiz Carlos Prestes, cuja Coluna vinha atravessando o interior do Nordeste (Jornal A Imprensa, 10 fev.1925). Contudo, foram os acontecimentos desenrolados quando da passagem da Coluna pela cidade sertaneja de Piancó, cujos confrontos se deram em 09 de fevereiro e resultaram na morte do Padre Aristides e de outros defensores do lugar, que foram mais representativos para o jornal diocesano fomentar o temor entre seus leitores sobre as ações ditas anarquistas.³³ Vejamos:

Mal poderíamos supor que a incursão dos revoltosos em nosso território tivesse o seu epílogo nessa dolorosa tragédia de que foi teatro a vila de Piancó. Já não há mais o que discutir ou pôr em dúvida o trucidamento frio e requintadamente perverso do padre Aristides Ferreira da Cruz, chefe político local e membro do Congresso do Estado, e de mais 16 pessoas, entre as quais o prefeito municipal,

33 Aristides Ferreira da Cruz (1872-1926) era natural de Pombal e foi ordenado padre em 1901. No ano seguinte, passou a ocupar a função de vigário da Freguesia da Vila de Piancó. Foi afastado de suas funções em 1912, por não obedecer às ordens emanadas da Diocese da Paraíba. Estabeleceu-se naquela cidade onde foi eleito deputado estadual em 1915 e foi reeleito por mais duas legislaturas consecutivas. Como chefe político do lugar, comandou a reação legalista contra a Coluna Prestes em 09 de fevereiro de 1926. Derrotados junto com os seus, foram conduzidos para um barreiro e lá assassinados. Cf. Otaviano, 1979, p. 18.

funcionários públicos e anônimos. Ficou selada com o sangue das infelizes vítimas a passagem pelo sertão da Paraíba dessa coluna de anarquistas bárbaros. (Jornal A Imprensa, 17 fev.1925).

Depois de referendar que o “trucidamento frio e perverso” fora obra de “anarquistas bárbaros”, a matéria segue verberando a perversidade dos assassinos:

As vítimas tiveram o crime de defender a legalidade e a ordem dentro de seu território, de sua própria casa. Poderiam ter morto os inimigos no campo da luta, no fragor das armas, não o quiseram, porém. Preferiram sacrificá-los a sangue frio, de arma branca, com os requintes de atrocidade que o mundo já sabe. Dos sacrificados pela morte em Piancó cabe-nos o dever de destacar o padre Aristides Ferreira da Cruz pela sua posição social e política. O padre Aristides era um sacerdote sobre quem pesavam as penas da Igreja Católica, de cuja disciplina se distanciara infelizmente. Não obstante, era um elemento de confiança de seu partido político e tinha nas mãos as responsabilidades de chefe local e representante do seu município na Assembléia do Estado. Sabendo-se condenado à morte, o Pe. Aristides implorara dos verdugos um instante para arrepender-se dos seus pecados e fazer as últimas orações, mas isto não lhe fora concedido. (IDEM).

Interessante observar que o jornal *A Imprensa* também usava acontecimentos ocorridos no plano político estadual para representar o que ele entendia por comunismo. Nesse particular, cabe registrar sua opinião omitida em editorial sobre os episódios

transcorridos no município paraibano de Princesa Isabel no ano de 1930.³⁴

De caso pensado nos temos abstido de trazer à baila a questão de Princesa. Mais de três meses de lutas entre irmãos, de morticínio e depredações. Custa crer que haja um só brasileiro que ouse apoiar um levante como o de Princesa contra a autoridade legitimamente constituída. Os próceres da política nacional, entre os quais se acham homens de responsabilidade, já deviam ter dado passos para fazer cessar esse terrível flagelo. Mas em política de tudo se cuida, menos do bem comum. Cada qual procura os seus interesses pessoais e do religioso pouco se lhe dá. Que falta

34 Depois de assumir o governo do estado da Paraíba em 1928, duas linhas de ação nortearam a administração de João Pessoa: a tentativa de depurar o coronelismo, impondo-lhe a tutela governamental, e o estabelecimento do centro comercial do estado na capital em detrimento da relação até então existente com Recife. Para tanto, ele empreendeu uma reforma tributária que passou a retirar a máquina fiscal da influência dos coronéis e a reduzir o papel intermediador das praças comerciais vizinhas, o que desagradou a burguesia comercial-exportadora pernambucana e as oligarquias açucareira e algodoeira da Paraíba, cujos interesses comerciais estavam sendo contrariados. Os desdobramentos desse conflito engendraram a luta de Princesa. Ao apresentar a chapa para deputados federais nessa cidade, João Pessoa deixou de fora o coronel Zé Pereira, que era deputado estadual naquele município, e seus amigos e correligionários, inclusive o ex-governador João Suassuna. Tal ofensa fez o coronel José Pereira romper com João Pessoa, que era candidato a vice-presidente do Brasil, na chapa de Getúlio Vargas, declarando apoio aos adversários do presidente do estado no plano nacional. João Pessoa, então, destituiu o prefeito, o vice-prefeito e o promotor de Princesa, que eram ligados ao coronel, e mandou tropas da Polícia Militar para Teixeira, cidade vizinha, para acabar com a rebelião, em 28 de fevereiro de 1930. Vitorioso nessa e na batalha seguinte, o coronel Zé Pereira proclamou o Território Livre de Princesa, desligado da Paraíba, mas subordinado ao governo federal, com bandeira, hino, exército e leis próprias. Resistiu até 11 de agosto de 1930. Cf. Rodrigues, 1978.

para explodir a revolução? **O liberalismo de nossa Carta Magna, e mais ainda a tolerância criminosa dos governantes, deram azo à obra de esfacelamento das instituições nacionais.** O Estado da Paraíba já não figura como uma unidade da Federação: tudo lhe falta, tudo lhe é negado pelo Poder Central. **Bandos de malfeitores, tal qual na Rússia dos Sovietes, vão infestando o interior com imenso dano da população.** (Jornal A Imprensa, 05 jul.1930). (Grifos nossos).

Vemos que a Igreja paraibana seguia sua clássica orientação de condenar o liberalismo, porque o considerava responsável por fazer surgirem movimentos que contestassem a ordem então estabelecida e, ao mesmo tempo, tomando como referência sua visão sobre o comunismo, entendia que os acontecimentos desenrolados em Princesa eram semelhantes aos da Rússia pós-revolução. Assim, essa interpretação pode ser entendida como uma nuance do anticomunismo católico na Paraíba.

Depreende-se que, na Paraíba, assim como no resto do país, o anticomunismo católico surgiu seguindo as orientações do episcopado brasileiro, que advinham do Vaticano. Contudo, conseguimos perceber que, no decorrer das primeiras três décadas do Século XX, as representações sobre o comunismo e os comunistas paraibanos foram adquirindo alguns matizes específicos relacionados aos acontecimentos ocorridos em nível estadual.

Rodeghero (1998, p. 50) analisa que o início da década de 1930 foi marcado pelo recrudescimento do discurso anticomunista católico, que foi instrumentalizado para que essa Igreja mostrasse sua força ao mundo capitalista moderno. Para isso, foram importantes os discursos propostos pela Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*

(15 de maio de 1931).³⁵ Nesse documento papal, Pio XI reitera a condenação ao comunismo e faz uma forte crítica ao socialismo, considerando-o inteiramente incompatível com a prática e a fé católicas. Simultaneamente, condena os abusos do capitalismo e do livre mercado e afirma que, sem justiça social e atenção aos preceitos do Evangelho, não seria possível uma ordem econômica justa.

Na Paraíba, assistimos ao esforço da Arquidiocese para seguir tais orientações a partir da publicação de suas Cartas Pastorais. Nesse mesmo ano, por exemplo, Dom Adauto republicou, no órgão diocesano, a Carta Pastoral Coletiva, 'As Bases Fundamentais da Sociedade', de 1927. Durante todo esse ano, seguindo essa mesma orientação, o jornal *A Imprensa* passou a insistir constantemente na ideia de o homem e a sociedade voltarem para Deus, como única solução para os graves problemas político-sociais daquele momento, como demonstrado este trecho:

Sem a religião, como elemento essencial da renovação brasileira, é o mesmo que edificar-se sobre areia, pois a religião é a única força coordenadora e capaz de compelir o indivíduo ao cumprimento fiel de seus deveres temendo a sansão de Deus, a lesão de sua própria consciência. Várias nações, despertando do mais perigoso dos letargos, já estão permitindo a educação e o ensino religioso nas escolas públicas. A Itália, a Colômbia, a Espanha, a Suécia, a Irlanda, a Romênia, a Costa Rica, formam esse brilhante cortejo

35 Segundo Diehl (1990, p. 20), a princípio, essa encíclica pode representar uma continuação das proposições da *Rerum Novarum*, contudo, "(...) o quadro se modifica em função de fatores externos presentes no momento da edição da *Quadragesimo Anno*. Além do liberalismo em crise, temos, nesse momento, o esforço consolidador da Revolução de 1917 e o avanço do fascismo na Itália, razão pela qual a encíclica de 1931 coloca posições mais objetivas, se comparada à de 1891."

de povos que reconheceram o estado de miséria moral a que chegou a infância e a adolescência nos países em que a **tiranía bolchevista ou maçônica** descristianizou a criança, educando-a no ateísmo. A própria sociologia materialista vai fazendo luz sobre a importância social da religião e à infelicidade calamitosíssima do agnosticismo político de todos os tempos. Uma pátria sem altares é uma pátria sem idéias, que rasteja no terra-a-terra das competições mesquinhas (...). (Jornal A Imprensa, 15 jun. 1931). (Grifos nossos).

Vemos que essa matéria se reporta ao decreto de 30 de abril de 1931, que permitiu o ensino religioso nas escolas públicas do Brasil, contudo também traz a impressão de que a Igreja paraibana passara a representar o bolchevismo da mesma forma como já vinha concebendo a maçonaria desde o início do século, ou seja, como “erros da modernidade”.

Seguindo essa mesma linha de reivindicações sobre a questão do ensino religioso nas escolas públicas, o Arcebispo Dom Adauto publicou a Carta Pastoral “Das Vantagens do Ensino Religioso”, em 29 de janeiro de 1932. Esse documento foi publicado na íntegra, no jornal da Arquidiocese, e trouxe, no início, uma chamada de Dom Adauto, que afirmou:

Tendo finalmente desaparecido o ateísmo constitucional e oficial, **cujos péssimos efeitos já todos conhecemos**; e iniciando-se a liberdade da grande obra de Deus – Docete omnes gentes – que é, ao mesmo tempo, um dever para nós e um direito divino, já é tempo de pormos em execução a primeira reparação da Nova República, permitindo o ensino religioso nas escolas públicas. (...) A instrução e a

educação religiosa preparam o homem para a luta contra **as grandes chagas da sociedade moderna – a impiedade e suas diferentes modalidades, principalmente o indiferentismo religioso**. (Jornal A Imprensa, 02 fev. 1932) (Grifos nossos).

Apesar de não especificar os “péssimos efeitos” e as “grandes chagas da sociedade moderna”, essas representações de Dom Adauto fazem referência também ao comunismo que, como já frisado, havia se tornado uma “ameaça” mais evidente no Brasil e na Paraíba. Consideramos que essas Cartas Pastorais pesaram para que a Igreja Católica forjasse uma imagem do comunismo e dos comunistas na sociedade paraibana.³⁶

A historiografia brasileira sobre o anticomunismo é consensual em afirmar que foi durante a década de 1930 que se articulou, de forma mais sistematizada, a elaboração de representações sobre o “perigo” comunista para justificar projetos políticos autoritários. Quanto ao caso da Paraíba, temos duas observações que singularizam o anticomunismo católico desses anos. A primeira é a de que compartilhamos dessa tese do recrudescimento do combate ao comunismo pela Igreja Católica naquela década, contudo, assim como Silva (2001, p. 15-16), averiguamos que os elementos basilares de tais discursos não surgiram nos anos 30, mas antes da Revolução Soviética de 1917, como podemos constatar nas páginas anteriores. A segunda, que

36 Em 31 de janeiro de 1934, por determinação do Arcebispo, o jornal *A Imprensa* iniciou a publicação de sua Carta Pastoral, ‘A Volta do Homem e da Sociedade para Deus’, de 1923. De acordo com Lima (2007, p. 608), essa ação se inscreve no contexto em que estava reunida a Assembleia Constituinte, a fim de elaborar a nova Constituição da República, e o Arcebispo procurava chamar a atenção dos constituintes para que eles elaborassem uma Lei Fundamental respeitadora dos direitos de Deus à frente do corpo social.

o anticomunismo católico na Paraíba, a partir de 1933, adquiriu mais uma nuance discursiva que contribuiu significativamente para sua consolidação: o integralismo.

Surgida no Brasil em 1932, a Ação Integralista Brasileira passou a defender a proposta de se destruírem o liberalismo e o comunismo, para que se chegasse a uma sociedade harmônica. Para Oliveira (2004, p. 95), desses dois inimigos, o comunismo era o principal a ser combatido pelo integralismo, e bandeira anticomunista era mais frequente e importante do que a do antiliberalismo. Ao analisar esse movimento no Brasil, diz esse autor que

(...) a doutrinação do militante muitas vezes era feita a partir de uma identificação do comunismo como o seu oposto ou como principal inimigo a ser combatido. Outros militantes, por sua vez, aderiram ao movimento pelo seu apelo anticomunista. Dessa forma, o anticomunismo acabou se tornando um dos sustentáculos da base doutrinária do movimento integralista. (IDEM, p. 19-3).

Essa postura de combate ao comunismo, além de atrair membros para as fileiras da AIB, garantiu sua inserção em outros setores sociais, sobretudo os que tinham amplo apelo anticomunista nos anos 1930. Cabe destacar, nesse tocante, a estreita relação, então estabelecida, entre a Igreja Católica e a AIB, já que seu anticomunismo, devido ao apelo religioso, em muitos pontos se assemelhava ao daquela.

Na Paraíba, essa simpatia da Igreja pelo integralismo já foi observada em 1932, quando o jornal da Arquidiocese publicou um artigo de Plínio Salgado, em que ele comentava as disputas das elites políticas pelo poder e condenava “o partidarismo regionalista inócuo, as lutas estéreis, a cabala eleitoral, as discussões parlamentares, a

licenciosidade da imprensa, enfim o ambiente político que estava favorecendo a incompreensão entre as classes e levando o país à anarquia” (GURJÃO, 1994, p. 175-176).

Ressalte-se, todavia, que essa aliança se consolidou entre julho e agosto de 1933: no primeiro mês, observamos a notícia dada pelo periódico católico sobre a instalação da seção da AIB na Paraíba; já no segundo mês, a mesma folha descreveu a vinda à Paraíba da caravana integralista dirigida por Plínio Salgado e reunida no salão nobre da Escola Normal, que foi cedido pelo então diretor, o Cônego Matias Freire (Jornal *A Imprensa*, 18 jul. e 08 ago. 1933).

Percebemos que a Igreja Católica da Paraíba cedeu espaços de sua influência (jornal e escola) para estabelecer o integralismo no Estado e passou a manter com esse movimento uma afinada relação até 1937, quando a AIB foi extinta. Portanto, para falarmos das representações católicas sobre o comunismo desse período (1933-1937), é necessário considerar que elas mantinham nuances com o integralismo.³⁷

Com a fundação da AIB na Paraíba, a Igreja Católica passou a veicular em seu jornal a propaganda daquele movimento, através de uma seção semanal denominada de ‘Coluna Integralista’. Assim, intensificou sua campanha anticomunista em nome da preservação de Deus, da família e do direito de propriedade. Nesse sentido, percebemos que o periódico católico passou a dar ênfase

37 A aliança entre o Arcebispo e a AIB da Paraíba manteve-se até o momento em que ela foi extinta, como bem podemos perceber no telegrama enviado pelo primeiro, quando da realização do maior evento promovido pelos integralistas, o Congresso ocorrido em fevereiro de 1937, durante três dias, no Teatro Santa Roza: “(...) Faço votos que grandioso nobre ideal Deus, Pátria, Família, vem sendo sua brilhante divisa prossiga seu glorioso triunfo como dique ação maléfica infausto comunismo. Dom Moisés Coelho, telegrama à chefia provisória da AIB na Paraíba.” (Jornal *A Imprensa*, 04 mar. 1937). Dom Moisés assumiu como Arcebispo da Paraíba em 15 de agosto de 1935, depois da morte de Dom Aduato.

aos “horrores” ocorridos na Rússia e a criticar o regime soviético, como vemos nos trechos que seguem:

Os jornais publicam notícias de fontes diferentes da Rússia, as quais informam que lavra naquele país um movimento geral de reação contra os soviets. Acrescentam as informações que a situação se agrava dia a dia causando extraordinária preocupação às autoridades do governo. O Regime Soviético já não satisfaz aos russos. (Jornal A Imprensa, 13 dez. 1934).

NÃO DEU CERTO O SISTEMA DOS SOVIETS. A deficiência do sistema econômico dos Soviets foi demonstrada em discurso pelo Presidente do comitê Executivo, provando que a propalada perfeição econômica está longe de ser atingida na prática pelo Estado comunista. (Jornal A Imprensa, 24 jan. 1935).

A intenção dessas narrativas, de impor a ideia de fracasso da experiência soviética, evidencia o temor da Igreja paraibana perante a relativa aproximação que os movimentos operários locais vinham tendo com o socialismo, devido ao agravamento das condições de trabalho em curso na Paraíba. Em conformidade com os princípios integralistas, essa instituição religiosa entendia que aquele quadro de agitações sociais era resultado do liberalismo de onde decorreram o socialismo e o comunismo. Essa compreensão pode ser percebida na matéria de H. Sobral Pinto³⁸, publicada no jornal *A Imprensa*, que trouxe como título “A missão do comunismo”:

38 Intelectual católico, colaborador da Revista *A Ordem* (1921-1945). Cf. Beired, 1999, p. 23.

Por toda a parte, no seio das sociedades contemporâneas, só um sentimento se mostra universal e dominador: o da **angustia**. Nos dias que correm ninguém mais respira com facilidade. A sensação de **perigo** eminente fere, ininterrupta. (...) Não há vontade – embora de excepcional resistência –, que mantenha firme e segura diante da **ameaça** que sente crescer, de momento em momento, contra a paz social. Os ouvidos menos alertados já escutam, no horizonte do futuro, a **zoeira brutal do proletariado**, que clama por **vingança** e pede justiça. Os regimes estremeçam nas suas bases fundamentais e os governos, para se manterem, fuzilam, decapitam e enforcam os que atentam contra a segurança do Estado. A **onda de sangue** que cresce dia por dia, já não tem a força de atemorizar o proletariado que a miséria, a fome e o abandono mergulharam no desespero. (Jornal A Imprensa, 18 jan. 1935). (Grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que criticava a sociedade burguesa, por considerá-la como responsável pela não solução da *questão social*, e defendia o projeto político pensado pela Igreja Católica e pelo integralismo, o articulista católico também referendava representações sobre o comunismo: angústia, perigo, ameaça, zoeira brutal, vingança e onda de sangue. Simultaneamente, o jornal da Arquidiocese discursava alertando os leitores sobre a “bolchevização” do país, como na matéria “Contra a propaganda do exótico credo de Moscou – O ‘Correio da Manhã’ pede providências mais radicais do governo no sentido de aniquilar as atividades dos elementos extremistas no país”:

Escrevendo, ontem, sobre as atividades dos elementos extremistas no nosso país, “O Correio da Manhã” dizia o seguinte, no seu artigo de fundo: Tudo indica

que o programa traçado pelo Congresso Mundial comunista realizado em Moscou já vai tendo a sua execução no Brasil, si verificarmos a freqüência com que se praticam ultimamente greve e agitação, bem como si observarmos a visível organização dos centros comunistas brasileiros que se estendem a todo país. O "Correio da Manhã" conclue afirmando que os últimos movimentos grevistas no Brasil demonstram que as instruções de Moscou já tiveram entrada no nosso país sem o menor obstáculo, urgindo, por isso, providências mais radicais da parte do governo. (Jornal A Imprensa, 18 jan. 1935).

De acordo com Oliveira (2004, p. 106), a imprensa católico-integralista procurava dar ênfase ao discurso anticomunista de que "elementos extremistas" pretendiam a "bolchevização" do país também como estratégia política para atrair militantes para seu movimento. Notamos que, também no jornal paraibano analisado, esse discurso foi contínuo, como podemos perceber pela chamada apresentada em letras garrafais em sua primeira página, de 28 de fevereiro de 1935:

A propaganda extremista no Brasil. Vivemos fora da realidade. Muitas pessoas há por ai que não crêem na existência de provocadores pagos pelo estrangeiro com o fim exclusivo de perturbar a vida da nação ateando rivalidades, desabando greves, planejando pânicos cambiais, determinando revoluções e estimulando divergências sociais. Há centenas deles agitando em toda parte, inclusive nos seio da tropa, milhares de contos de réis entram anualmente no paiz, para subvencionar o diabólico serviço. Sei de fonte certa que, através de uma República vizinha, entraram num só mez, seis mil contos de réis. (Palavras do

General Góes Monteiro a propósito do plano de perturbação da ordem agora descoberto).

Assim, vemos que, também na Paraíba, como esse ano foi marcado pelo combate à influência do socialismo e do comunismo nos movimentos sociais, foi significativo no recrudescimento e na "padronização" do discurso anticomunista católico. Seu veículo na imprensa paraibana vinha pregando o temor que a sociedade deveria ter pelo fato de "elementos extremistas" estarem, a serviço de Moscou, planejando a implantação do comunismo no Brasil. Assim, procurava apresentar o resultado daquela experiência na Rússia. Sobre isso, vejamos partes da matéria 'Que força sustentaria a sociedade comunista?':

(...) pergunta-se: que teria lucrado o mundo com essa experiência dolorosa? O operário sendo obrigado a manter um regimen que a todos reduziria a miséria, que resultados tiraria? Por acaso ver a todos miseráveis, cativos de trabalhar para comer, impossibilitado o homem da iniciativa de por em prática seu dinamismo, em vez de servir a mil patrões que poderiam ser trocados, estar subordinado a um só que mandará, tendo às mãos a polícia, pode construir uma conquista? (Jornal A Imprensa 01 fev.1935).

Depois de apresentar a situação econômica em que vivia o operariado russo, segundo sua perspectiva, o discurso prosseguia alertando o público leitor para a onda de violência que vinha sendo praticada pelo Estado soviético sobre a sua sociedade:

Os fuzilamentos prosseguem, o que é um signal de que o paraíso prometido não é tão bom de ser habitado sem justas revoltas. O início da

implantação do regimen comunista na Rússia caracterizou-se por uma babel de quê o gênio de Lenine soube tirar os necessários proveitos em favor de uma ditadura respeitável pela sua energia. Doutrinariamente o comunismo se dividia em duas correntes, uma composta de ingênuos, tendo a frente Kautsky, denominados mencheviques e os práticos sanguinários, adeptos da violência como meio de dominação – os bolcheviques, Lenine, chefe dos últimos, venceu, como seria racional assim fosse. Lenine (...) mandou fuzilar em massa, de cambulhada, operários e pequenos burgueses, e pelo terror provou mais uma vez que o governo é governo e dará ao povo o regimen que bem entender, seja isso de gosto ou não de uma turba ignara. Está, portanto, vitoriosa a tese ditatorial. (IDEM).

Por fim, o texto enfatizava a “ameaça” que a experiência soviética apresentava para o Brasil naquele ano:

Há também no Brasil uma ala de socialistas revolucionários ao lado dos bolchevistas sanguinários, que por ocasião dos manifestos assignam em comum. Seria com o concurso desses pobres de espírito que o comunismo teria de vencer por essas bandas, como, aliás, sucede na Rússia e ia acontecendo em outros países europeus. Na hora revolucionária, os violentos não deixariam tempo a refletir e os imaginosos teriam de ficar a ver de longe a mão do Estado, sendo os mais audaciosos passados pelas armas para não perturbarem com seu choro a carnificina que se desencadearia por toda parte onde houvesse vítimas a fazer. (...) De prolectaria também nada tem essa revolução russa. Si matar padres, professores, kulahs e operários é

preparar o mundo para sociedade comunista, não sabemos bem por onde anda o juízo dos que nessa loucura crêm. (IDEM).

A partir de julho de 1935, à medida que se avolumavam os movimentos grevistas na capital e nas cidades industrializadas do estado, e depois da deflagração da campanha para as eleições municipais, a se realizarem em 09 de setembro, o jornal *A Imprensa* fortaleceu ainda mais a propaganda anticomunista e a doutrinação integralista, cujo ponto de denúncia era o plano que objetivava a “bolchevização” do Brasil: “As tetricas características da projetada Revolução Comunista os dias de luto que estariam reservados ao Brasil com a vitória do credo moscovita. Deus há de livrar o nosso país dessa onda de lama e sangue” (Jornal *A Imprensa*, 18 jul. e 22 jul. 1935).

Tais anúncios eram publicados na primeira página e vinham com declarações de Filinto Müller (chefe de polícia do Distrito Federal), garantindo que, segundo o “plano”, os católicos, a burguesia, os políticos, os camponeses e os operários que não atendessem aos princípios revolucionários bolcheviques seriam fuzilados. A narrativa ainda afirmava: “O Brasil está envolvido na trama da Ação da II Internacional. Declarações do Sr. Felinto Muller aos Diários Associados, em torno das atividades extremistas do país.” (Jornal *A Imprensa*, 28 jul. 1935). Seguindo uma campanha que era desenvolvida pela Igreja e pelo governo Vargas em nível nacional, o periódico católico paraibano enfatizava o “perigo” da doutrinação comunista e que o Brasil era o país escolhido pelos comunistas para o seu quartel-general na América Latina.

Nesse jornal, os princípios integralistas ainda podem ser identificados em matérias como “Os crimes do comunismo”, que historia o caso do jovem que delatou o pai como opositor da revolução, e ele foi condenado ao fuzilamento na Rússia:

O comunismo não só prega contra a propriedade privada e a religião... O regime bolchevique tem praticado através da propaganda pertinaz e materialista, a destruição da família, jogando os filhos contra os pais e irmãos contra irmãos... Vede o exemplo do jovem que denunciou o pai e contribuiu para o fuzilamento a mando de Stalin... Fora o comunismo, Viva a democracia brasileira! (Jornal A Imprensa, 25 ago.1935).

Nesse discurso, o objeto de representação passou a ser a família soviética, apresentada como destruída pelo bolchevismo materialista em evidente contraposição à ideia integralista de que o homem vale pelo sacrifício em favor da família. A defesa do Estado Integral pelo Movimento Integralista era entendida como o Estado que, uma vez estabelecido, realizaria na ordem moral a cooperação espiritual de todas as forças que defendessem a ideia de Deus, Pátria e Família, uma trilogia que marcou toda a sua trajetória.

Durante a semana das greves paraibanas de novembro de 1935, o jornal manifestou-se considerando que a presença dos tão já apresentados “elementos extremistas” nos sindicatos era responsável pelo clima de pânico que sobressaltava a capital paraibana, como, por exemplo, no editorial ‘Acabemos com a greve’:

Operario paraibano! Honrai a vossa tradição de cordura e patriotismo. O vosso problema não é apenas um aumento de salário arrancado sob ameaça das injunções coletivas. É muito mais complexo. É dentro da paz e da ordem que se constrói alguma coisa. Temei a intromissão dentro de vossa classe de elementos que vos quer explorar para servirdes de palha na fogueira social que a toda hora pretendem atar. (Jornal A Imprensa, 08 nov.1935).

No dia seguinte, o já destacado editorial “Amái-vos uns aos outros” persistia para o operariado ultimar a greve e culpava inteiramente a ANL e os comunistas pelo clima de “instabilidade” e de “anarquia” que se apossara da cidade.

O discurso religioso continuava a explorar o caráter pacífico e a bondade dos trabalhadores, apelando para o sentimento de concórdia e fraternidade entre as “classes”. Ao mesmo tempo, a Igreja tratava o movimento grevista como inaceitável e insistia que ele era produto das maquinações da ANL, que é apresentada como um instrumento do “comunismo internacional”, a fim de organizar a ação “vermelha” dentro do país e de destruir a nação e os valores religiosos. Por ter sido o principal exemplo de frente antifascista no Brasil, a ANL era considerada como principal inimiga da AIB e, por isso, mesmo depois de ter sido fechada em julho de 1935, continuaram surgindo matérias destinadas ao seu combate na imprensa religioso-integralista.

REFERÊNCIAS E FONTES

1. Documentos da igreja católica

– Cartas pastorais

HENRIQUES, Adauto Aurélio de Miranda (Dom). Carta Pastoral Doutrina contra Doutrina (08 de dezembro de 1928). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 71-84. (Coleção Pensamento Político Republicano).

_____. et ali. *Carta Pastoral Collectiva do Episcopado das Províncias Ecclesiasticas Septentrionaes do Brasil sobre os males actuaes da sociedade*. Bahia: Tipografia de São Francisco. 1920.

_____. *Carta Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispo e Bispos da Província Eclesiástica da Paraíba do Norte. As Bases Fundamentais da Sociedade. Parahyba do Norte: Typographia da Imprensa, 1927.*

_____. *Carta Pastoral das Vantagens do Ensino Religioso* (29 de janeiro de 1932). João Pessoa: Tipografia de A Imprensa, 1932.

SANTOS, Luís Antônio dos (Dom) et ali. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (19 de março de 1890). In: RODRIGUES, Anna Maria Moog. *A Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981: 17-58. (Coleção Pensamento Político Republicano).

- Encíclicas

LEÃO XIII, Papa. *Carta Encíclica Rerum Novarum - Sobre a condição dos operários* (15 de maio de 1891). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972, p. 25-55.

PIO XI, Papa. Carta encíclica *Quadragesimo Anno* (15 de maio de 1931). In: DE SANCTIS, Antônio (Org.). *Encíclicas e documentos sociais*. São Paulo: Edições LTR, 1972: 81-92.

2. Jornais

Jornal A Imprensa, 09 fev. 1902

Jornal A Imprensa, 10 maio 1903

Jornal A Imprensa, 09 out. 1919

Jornal A Imprensa, 06 fev. 1922

Jornal A Imprensa, 16 abr. 1922

Jornal A Imprensa, 17 set. 1924

Jornal A Imprensa, 10 fev. 1925

Jornal A Imprensa, 17 fev. 1925

Jornal A Imprensa, 05 jul. 1930

Jornal A Imprensa, 15 jun. 1931

Jornal A Imprensa, 02 fev. 1932

Jornal A Imprensa, 18 jul. 1933

Jornal A Imprensa, 08 ago. 1933

Jornal A Imprensa, 13 dez. 1934

Jornal A Imprensa, 18 jan. 1935

Jornal A Imprensa, 24 jan. 1935

Jornal A Imprensa, 01 fev. 1935

Jornal A Imprensa, 28 fev. 1935

Jornal A Imprensa, 18 jul. 1935

Jornal A Imprensa, 22 jul. 1935

Jornal A Imprensa, 28 jul. 1935

Jornal A Imprensa, 25 ago. 1935

Jornal A Imprensa, 08 nov. 1935

Jornal A Imprensa, 04 mar. 1937

3. Referências

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. Jornalismo impresso (1826-1986). 2.ed. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

AQUINO, Laura Christina Mello de. Os "tenentes" estrangeiros: a participação de João Pessoa: Ed. A União/UFPB, 1988.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos operários no Rio Grande do Sul: um projeto sócio-político (dos anos trinta a 1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1990.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: implementação da Diocese da Paraíba (1894/1910)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. *Morte e vida das oligarquias*. Paraíba (1989-1945). João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

LIMA, Francisco (Cônego). *Dom Adauto: subsídios bibliográficos (1855-1915)*. Tomo I. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

_____. *Dom Adauto: subsídios bibliográficos. (1915-1935)*. Tomo II. 2.ed. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. "Perante o tribunal da história": o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUC-RS, 2004.

OTAVIANO, Manuel . *A Coluna Prestes na Paraíba: os mártires de Piancó*. João Pessoa: Acauã/SEC, 1979.

REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. In: _____; FERREIRA, Jorge & ZENHA, Celeste. (Orgs.). *O Século XX: o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000: 35-59.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa. Uma contribuição ao estudo do mandonismo local*. Paraíba (1930). João Pessoa: A UNIÃO, 1978.

Reis Filho, 2000, p. 47-59.

ROMANI, Carlo Maurizio. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 12, p. 161-178, 2011.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2001.